

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

## **Alterações promovidas pela LC 157/2016**

Em 30 de dezembro de 2016 foi publicada a Lei complementar 157, a qual trouxe substanciais alterações na regulamentação do ISSQN no âmbito nacional. Um dos principais objetivos visados foi de ajustar a legislação referente ao tributo à atual realidade social e evitar a continuidade da guerra fiscal entre municípios.

Em linhas gerais, esta nova legislação complementar promoveu a alteração em duas importantes leis nacionais:

- Lei do ISSQN (LC 116/2003); e
- Lei da improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92)

Contudo, se uma das intenções do legislador era de incrementar as receitas municipais, causa estranheza o veto do Presidente da República<sup>1</sup> quanto a cobrança do ISSQN no local da prestação dos serviços nos casos específicos de operação com cartão de crédito ou débito, *factoring* e *leasing*. Caso estas previsões tivessem sido mantidas, a tributação do Município do tomador da prestação do serviço, em detrimento do município sede da administradora ou instituição financeira, iria ter um incremento financeiro significativo.

Acompanhe os dispositivos vetados, com as respectivas razões:

Dispositivo vetado	Razões
<b><u>Inciso XXIII do art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, alterado pelo art. 1º do projeto de lei complementar</u></b> "XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;"	"O dispositivo comportaria uma potencial perda de eficiência e de arrecadação tributária, além de pressionar por elevação do valor dos planos de saúde, indo de encontro à estratégia governamental de buscar alternativas menos onerosas para acesso aos serviços do setor."

<sup>1</sup> **Razão dos vetos:** "Os dispositivos comportariam uma potencial perda de eficiência e de arrecadação tributária, além de redundar em aumento de custos para empresas do setor, que seriam repassados ao custo final, onerando os tomadores dos serviços."; "Os dispositivos contrariam a lógica de tributação desses serviços, que deve se dar no local onde ocorrem a análise do cadastro, o deferimento e o controle do financiamento concedido, e não em função do domicílio do tomador dos serviços."

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

<p><b><u>Inciso XXIV do art. 3º e § 4º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, alterados pelo art. 1º do projeto de lei complementar</u></b></p> <p>"XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;"</p> <p>"§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço."</p>	<p>"Os dispositivos comportariam uma potencial perda de eficiência e de arrecadação tributária, além de redundar em aumento de custos para empresas do setor, que seriam repassados ao custo final, onerando os tomadores dos serviços."</p>
<p><b><u>Inciso XXV do art. 3º e § 3º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, alterados pelo art. 1º do projeto de lei complementar</u></b></p> <p>"XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09."</p> <p>"§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este."</p>	<p>"Os dispositivos contrariam a lógica de tributação desses serviços, que deve se dar no local onde ocorrem a análise do cadastro, o deferimento e o controle do financiamento concedido, e não em função do domicílio do tomador dos serviços."</p>
<p><b><u>§ 4º do art. 3º e inciso III do § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, alterados pelo art. 1º do projeto de lei complementar</u></b></p> <p>"§ 4º Na hipótese de descumprimento do disposto no <i>caput</i> ou no § 1º, ambos do art. 8º-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado."</p> <p>"III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º desta Lei Complementar."</p>	<p>"Os dispositivos imputariam elevado custo operacional às empresas. Além disso, a definição da competência tributária deve vir expressamente definida em lei complementar, não cabendo sua definição a posteriori, como pode ocorrer nas hipóteses previstas pelos dispositivos."</p>

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Acompanhem as principais mudanças provocadas pela Lei complementar 157/2016.

## a) Configuração de improbidade administrativa na seara do ISSQN

Embora a correta tributação seja atividade imprescindível dos integrantes da federação, é comum encontrar a existência de benefícios fiscais, desonerando certos segmentos da atividade produtiva, com a intenção de fomentar a economia local ou estimular a geração de empregos. Assim, inúmeros Municípios, na ânsia de atraírem empresas prestadoras de serviço para seu território, valeram-se de isenções tributárias, diminuição de alíquotas e deduções indevidas na base de cálculo do ISSQN. Legislações desta natureza geram uma verdadeira guerra fiscal e já foram objeto de discussões judiciais, sendo que recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 190, movida pelo Distrito Federal contra leis do Município de Poá, considerou inconstitucional a lei municipal que permitia a dedução da base de cálculo do ISSQN, de diversos tributos federais e do valor do bem no caso do serviço de *leasing*:

O Tribunal, por maioria, conheceu em parte da arguição e rejeitou as demais preliminares, vencido o Ministro Marco Aurélio, que entendia inadequada a ação ajuizada. Em seguida, o Tribunal, por maioria, deliberou converter o julgamento do referendo da cautelar em julgamento do mérito, vencido o Ministro Marco Aurélio. No mérito, o Tribunal, por maioria, conhecida parcialmente da arguição, quanto à parte conhecida, julgou-a procedente para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 190, § 2º, inciso II; e 191, § 6º, inciso II, e § 7º, da Lei nº 2.614/1997, do Município de Estância Hidromineral de Poá, São Paulo, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente a ação. Fixada tese nos seguintes termos: “É inconstitucional lei municipal que veicule exclusão de valores da base de cálculo do ISSQN fora das hipóteses previstas em lei complementar nacional. Também é incompatível com o Texto Constitucional medida fiscal que resulte indiretamente na redução da alíquota mínima estabelecida pelo art. 88 do ADCT, a partir da redução da carga tributária incidente sobre a prestação de serviço na territorialidade do ente tributante.” O Tribunal deliberou que a declaração de inconstitucionalidade tenha efeitos a partir da data do deferimento da cautelar. Tudo nos termos do voto do Relator. O Ministro Marco Aurélio não fixou tese nem modulou os efeitos da decisão. Falaram: pelo requerente, Governador do Distrito Federal, o Dr. Marcelo Galvão, Procurador do Distrito Federal; pelo interessado, Município de Poá, o Dr. Guido Pulice Boni; pelo *amicus curiae* Município de Porto Alegre, o Dr. Roberto Silva da Rocha, Procurador do Município; pelo *amicus curiae* Município de São Paulo, o Dr. Felipe Granado Gonzáles, Procurador do Município de São Paulo; pelo *amicus curiae* Associação

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais Brasileiras – ABRASF, o Dr. Ricardo Almeida; pelo *amicus curiae* Município de Barueri, o Dr. Paulo Ayres Barreto, e, pelo *amicus curiae* Associação Brasileira das Empresas de Leasing – ABEL, a Dra. Anna Paola Zonari. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 29.09.2016.

Por isso, a ocorrência de guerra fiscal entre municípios integrantes de Região Metropolitana é ainda mais corriqueira, onde alguns deles fixaram alíquotas de ISSQN em percentual menor que 2%, a fim de atrair o maior número possível de empresas prestadoras de serviços. Sendo que várias dessas empresas somente criaram um estabelecimento fictício em municípios com alíquota reduzida, estando de fato localizadas em outros municípios, o que proporcionava que estes contribuintes fossem beneficiados com base numa fraude tributária.

A situação era tão evidente que o Prof. Ricardo Alexandre explica como ocorria essa prática:

"A maneira mais comum como se dava a guerra fiscal do ISS era os Municípios estipularem alíquotas irrisórias para o tributo, atraindo empresas para os respectivos territórios, uma vez que a competência para a cobrança era, em regra, do Município em que estava domiciliado o prestador de serviço.

Noticiou-se, por exemplo, que Municípios da região metropolitana de São Paulo reduziram a alíquota do ISS para 0,5% (meio ponto percentual), o que equivalia a um décimo do que era cobrado na Capital. Dessa forma, as empresas que mudassem formalmente suas sedes para tais Municípios gozariam de uma redução de 90% (noventa por cento) na carga relativa ao tributo.

No final das contas, todos os Municípios acabavam perdendo, pois quem tem um aparente ganho, sujeita-se a perdas futuras, uma vez que os demais Municípios também entrarão na guerra."<sup>2</sup>

O que aparentemente geraria benefícios para o Município - com a geração de empregos e repasses de outros tributos – acabava ocasionando uma contrapartida muito cara, implicando na drástica redução da tributação municipal e, conseqüentemente, do potencial de investimento desses entes políticos.

Convém notar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), estabeleceu um sistema rígido no cumprimento das metas e resultados entre receitas e despesas que deverá ocorrer também através da obediência aos limites e condições em relação à renúncia de receita. Assim, qualquer isenção tributária que se pretenda criar deve obedecer a três pressupostos, a saber:

<sup>2</sup> ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário esquematizado**. São Paulo: Método, 2016, p. 678

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

- a) lei específica (art. 150, § 6º da CF/88);
- b) obediência ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- c) avaliação de possíveis vedações constitucionais.

Portanto, ao projetar um texto legal e enviá-lo ao Poder Legislativo para aprovação, tendo por objetivo conceder benefícios ou incentivos de natureza fiscal, deve-se ter plena consciência de que há uma renúncia da receita tributária do ente público. E tal renúncia de receita somente poderá ser legítima, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, caso atenda a previsão, condições e requisitos nela estabelecidos<sup>3</sup>.

Outra medida contra os benefícios fiscais foi criada com a aprovação da Lei Complementar 157/2016, que além de trazer importantes mudanças para as normas gerais do ISSQN, tornou o sistema de “antiguerra fiscal” dos Municípios ainda mais rígido. Esta legislação complementar previu que a lei municipal que estabelecer benefício fiscal que implique alíquota do ISSQN menor que 2% (já prevista no art. 88 ADCT<sup>4</sup>) será considerada nula, no caso de serviço prestado a tomador situado em município diverso daquele onde está localizado o prestador. Vejamos:

**Art. 2º** A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

“Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições

<sup>3</sup> A explicação destes pressupostos se encontra-se no cap. 14, item 6 do nosso livro Tributos em Espécie - 4ª edição.

<sup>4</sup> **Art. 88.** Enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da Constituição Federal, o imposto a que se refere o inciso III do caput do mesmo artigo: I - terá alíquota mínima de dois por cento, exceto para os serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968; II - não será objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima estabelecida no inciso I.

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3o A nulidade a que se refere o § 2o deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.”

Desta forma, temos o seguinte panorama:

<b>REGRA</b>	não se pode conceder isenção, incentivo ou benefício relacionado com ISS se isso resultar em uma alíquota inferior a 2%.
<b>EXCEÇÃO</b>	<p>será permitida a concessão de isenção, incentivo ou benefício de ISS para os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).</li><li>• 7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).</li><li>• 16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.</li></ul>

Embora esta vedação já constasse no art. 88 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias, este dispositivo legal foi além, estabelecendo uma causa de nulidade da lei ou o ato administrativo do Município ou do Distrito Federal que conceda isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima do ISSQN. Ademais, a nulidade a que se refere a lei, gerará para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições legais, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Essa também é a opinião de Francielli Honorato Alves

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

E como consequência dessa nulidade, será garantido a esse prestador o direito de pleitear, junto ao ente federado que desrespeitou aquele limite legal, a restituição do valor do ISS pago a ele. Com isso, o ente que abriu mão de cobrar o valor mínimo de ISS prescrito pela lei complementar nacional não terá direito à receita cobrada com fundamento na lei municipal que previu alíquota inferior a 2%, em razão da nulidade dessa lei quando aplicada na tributação de serviço prestado para tomadores ou intermediários localizados no território de outro Município<sup>5</sup>.

Mas não é só! A LC 157 criou previsão específica como hipótese de improbidade administrativa no caso do Administrador Público permitir ou conceder o benefício financeiro ou tributário abaixo do patamar legal:

Art. 4o A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 10-A. Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.”

“Art. 12. ....

.....

IV - na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

.....” (NR)

“Art. 17. ....

.....

§ 13. Para os efeitos deste artigo, também se considera pessoa jurídica interessada o ente tributante que figurar no polo ativo da obrigação tributária de que tratam o § 4º do art. 3º e o art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.” (NR)

Isso quer dizer que além de ser considerada nula a lei ou o ato do município que não respeite as disposições acima mencionadas, também configurará como ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão de autoridade administrativa que conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõe o art. 8º-A da LC 116/2003.

<sup>5</sup>ALVES, Francielli Honorato. **As novas regras gerais para a cobrança de ISS previstas pela LC 157/16**. Disponível na Internet: <http://www.migalhas.com.br>

## MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Assim, cabe mencionar que o art. 10-A da Lei 8429/92 deixa bastante clara a possibilidade de responsabilização de autoridades públicas tanto por ação quanto por omissão, não restringindo a penalização somente ao chefe do Poder Executivo. Notem que o art. 1º da Lei 8429/92 disciplina que o sujeito ativo da improbidade administrativa pode ser *“qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei”*.

Não há dúvidas que os Prefeitos precisam analisar e adequar a legislação municipal às regras impostas pela legislação complementar, sob pena de responsabilidade, independentemente do tempo em que a prática se estabeleceu. Mesmo assim, cabe mencionar que acompanhando o atual entendimento jurisprudencial, o elemento subjetivo é essencial para a caracterização da improbidade administrativa, que está associada à noção de desonestidade e má-fé do agente público. Assim, a má-fé deve ser comprovada, sendo premissa do ato ilegal e ímprobo, isto é, a ilegalidade só pode ser entendida como improbidade quando a conduta do agente público ofender os princípios constitucionais da Administração Públicas coadunadas com a má intenção. Assim julgou o Superior Tribunal de Justiça:

A improbidade administrativa está associada à noção de desonestidade, de má-fé do agente público, do que decorre a conclusão de que somente em hipóteses excepcionais, por força de inequívoca disposição legal, é que se admite a sua configuração por ato culposos (artigo 10, da Lei 8.429/92). O elemento subjetivo é essencial à caracterização da improbidade administrativa, sendo certo, ainda, que a tipificação da lesão ao patrimônio público (art. 10, *caput*, da Lei 8429/92) exige a prova de sua ocorrência, mercê da impossibilidade de condenação ao ressarcimento ao erário de dano hipotético ou presumido.<sup>6</sup>

A grande inovação da Lei Complementar 157 foi considerar como improbidade administrativa, por parte do gestor responsável, a concessão de benefício fiscal cuja alíquota esteja abaixo do mínimo legal. O que sugere, repita-se, que qualquer agente público - com poder de decisão - que participar

<sup>6</sup> STJ - REsp 980.706 / RS. Rel. Ministro LUIZ FUX. Julg. 03/02/2011



# **MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)**

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

do ato concessivo do benefício fiscal em desobediência à previsão legal, estará passível de responsabilização por via da improbidade administrativa.

Em linhas gerais, esta vedação de benefícios fiscais poderá mostrar um caminho mais seguro e correto sob o ponto de vista da gestão fiscal responsável, devendo implicar no investimento na eficiência da arrecadação tributária. O objetivo é que os entes federativos possam criar e manter a regularidade de suas receitas tributárias para custear serviços públicos de qualidade em todas as esferas de poder.

Somente quando os integrantes da federação tiverem como norte o planejamento de ações integradas no campo da gestão tributária é que a política fiscal terá como corolário a seriedade, legitimidade e eficiência.

Neste novo cenário, a possibilidade de autoridades públicas serem responsabilizadas por improbidade administrativa é iminente, o que deverá levá-las a repensar a gestão pública tributária, passando a utilizar instrumentos criativos e eficientes em prol da justiça fiscal e do controle das finanças públicas.

## **b) Inclusão de novos serviços devidos no local da prestação**

Com o advento da Lei Complementar nº 116/2003 se manteve a mesma regra legislativa do local do estabelecimento ou unidade econômica para a fixação do aspecto espacial do ISSQN, sendo que o Superior Tribunal de Justiça já se posicionou a favor da regra do art. 3º da Lei Complementar nº 116/2003:

*De acordo com os artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 116/03, conclui-se que a municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local do estabelecimento prestador dos serviços, considerando-se como tal a localidade em que há uma unidade econômica ou profissional, isto é, onde a atividade é desenvolvida, independentemente de sua*

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

*denominação. (REsp 1195844/DF – Ministro Relator Mauro Campbell Marques – DJ 15/03/2011).*

Portanto, a orientação atual acerca do aspecto espacial do ISSQN é da localização do estabelecimento ou unidade econômica (origem da prestação do serviço), salvo as exceções expressamente previstas nos incisos do art. 3º da LC 116/2003.

O que fez a LC 157/2016 foi aumentar o rol de serviços devidos no local da prestação, incluindo os seguintes:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

.....

XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

.....

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

.....

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

.....

Em uma leitura didática das mudanças promovidas pela LC 157/2016 quanto ao aspecto espacial do ISSQN, pode-se demonstrar graficamente o estudo comparativo com o momento anterior:

ANTES DA LC 157

COM A LC 157

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

<p>Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:</p> <p>XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;</p> <p>XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;</p> <p>XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;</p>	<p>Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:</p> <p>XII - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;</p> <p>XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;</p> <p>XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;</p>
---	--

Portanto, o atual entendimento acerca do aspecto espacial do ISSQN permanece sendo da localização do estabelecimento ou unidade econômica (origem da prestação do serviço), salvo as exceções expressamente previstas nos incisos do art. 3º da LC 116/2003.

## c) Vigência da LC 157/2016

O art. 7º da LC 157/2016 disciplina que as disposições desta Lei Complementar entrarão em vigor na data de sua publicação. Contudo, quanto a adequação ao disposto no art. 8º-A da Lei complementar 116/2003 - que estabeleceu a vedação de benefícios fiscais e alíquotas menores que 2% do ISSQN - os entes federados deverão, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei Complementar, revogar os dispositivos que contrariem esta prescrição legal

# **MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)**

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Para evitar dúvidas, o §1º do art. 7º previu expressamente que disposto no caput e nos §§ 1º e 2º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003, e no art. 10-A, no inciso IV do art. 12 e no § 13 do art. 17, todos da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), somente produzirão efeitos após o decurso do prazo de 1 ano contado da publicação desta Lei complementar. Em outras palavras, somente no caso dos Municípios não adequarem suas legislações do prazo de 01 ano da publicação desta Lei Complementar é que os administradores públicos e demais funcionários estarão sujeitos à improbidade administrativa.

## **d) Definição da cota parte no repasse do ICMS**

A Lei Complementar 157/2016 também alterou a redação do art. 3º da Lei Complementar n. 63/1990 da seguinte forma:

“Art. 3º .....

.....

§ 1º-A. Na hipótese de pessoa jurídica promover saídas de mercadorias por estabelecimento diverso daquele no qual as transações comerciais são realizadas, excluídas as transações comerciais não presenciais, o valor adicionado deverá ser computado em favor do Município onde ocorreu a transação comercial, desde que ambos os estabelecimentos estejam localizados no mesmo Estado ou no Distrito Federal.

§ 1º-B. No caso do disposto no § 1º-A deste artigo, deverá constar no documento fiscal correspondente a identificação do estabelecimento no qual a transação comercial foi realizada.

**A lei alterada regulamenta os critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios. Esta legislação estabelece que pertencem aos Municípios as seguintes margens da arrecadação estadual:**

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Art. 1º As parcelas pertencentes aos Municípios do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferência por estes recebidas, conforme os [incisos III e IV do art. 158](#) e [inciso II e § 3º do art. 159, da Constituição Federal](#), serão creditadas segundo os critérios e prazos previstos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As parcelas de que trata o caput deste artigo compreendem os juros, a multa moratória e a correção monetária, quando arrecadados como acréscimos dos impostos nele referidos.

Art. 2º 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores licenciados no território de cada Município serão imediatamente creditados a este, através do próprio documento de arrecadação, no montante em que esta estiver sendo realizada.

Art. 3º 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação serão creditados, pelos Estados, aos respectivos Municípios, conforme os seguintes critérios:

I - 3/4 (três quartos), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até 1/4 (um quarto), de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos territórios, lei federal.

**Com a alteração dos Parágrafos do art. 3º, estabeleceu-se uma nova forma de repasse da cota-parte do ICMS relativo às situações em que as saídas de mercadorias é promovida por estabelecimento diverso daquele no qual as transações comerciais são realizadas. Exemplificando: é bastante comum ocorrer, por exemplo, a venda de mercadorias em diversos estabelecimentos comerciais, localizadas em vários municípios, mas pertencentes ao mesmo contribuinte (rede de lojas). Ocorre que após realizada a venda, estas mercadorias saem de um centro de distribuição, possivelmente localizado em município diverso, direcionados para entrega ao consumidor.**

**Esta situação era muito criticada sob o ponto de vista da justiça tributária, na medida em que apesar das operações comerciais terem sido realizadas em diversos municípios, a cota-parte do ICMS referente as mercadorias vendidas era repassada somente àquele município onde estava localizado o centro de distribuição, dado que era nele que foi registrada a saída da mercadoria.**

**Com a alteração trazida pela LC 157/2016, a partir de 01/07/2017, este critério foi alterado para que o repasse seja realizado com base no município onde for realizada a operação comercial, independente da localização do centro de distribuição.**

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de  
Freitas Gouvea

## e) Acrescentou serviços na lista anexa à LC 116/2003

Outra medida direcionada a incrementar as finanças municipais e adaptar-se a nova realidade social, foi a inclusão de novas atividades na lista de serviços do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), tornando sujeitas à tributação as seguintes atividades:

(Lista de serviços anexa à Lei Complementar no 116, de 31 de julho de 2003)

"1 - .....

.....

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

.....

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

.....

6 - .....

.....

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 - .....

.....

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

.....

11 - .....

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de  
Freitas Gouvea

.....  
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

.....  
13 - .....

.....  
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 - .....

.....  
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

.....  
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

.....  
16 - .....

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 - .....

.....  
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

.....  
25 - .....

.....  
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

.....  
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Observe-se que a Lei Complementar 157/16 trouxe novas situações que estarão sujeitas à incidência do ISSQN, alterando alguns itens e incluindo outros na lista anexa à LC 116/2003. Obviamente que estas mudanças vieram acompanhadas de polêmicas e críticas, seja pela impopularidade da incidência do tributo sobre os serviços de transmissão de dados, seja pela possível ineficiência no combate à guerra fiscal entre municípios.

Convém frisar que a inclusão dos novos serviços a serem tributados pelo ISSQN somente irão gerar efeitos a partir de março de 2017, em obediência do princípio da anterioridade nonagesimal, previsto no art. 150, III, “c” da CF. Enquanto que a regra da aplicação da alíquota mínima e a sanção de improbidade administrativa em caso de seu descumprimento passam a produzir efeitos somente a partir de 30 de dezembro de 2017, por expressa previsão legal.

Frise-se que a inclusão destas novas atividades trouxe grande debate para as empresas que trabalham com tecnologia, uma vez que muitas destas atividades não estavam sujeitas a qualquer tributação anteriormente.

Analise o estudo comparativo no gráfico abaixo para um melhor entendimento:

ANTES DA LC 157	APÓS A LC 157
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
Sem correspondência	1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
Sem correspondência	6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura,	7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura,



# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

adubação e congêneres.	adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas <b>e semoventes</b> .
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia.	13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.
14.05 - Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	14.05 - Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
Sem correspondência	14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.
16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.	16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal <b>rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros</b> .
Sem correspondência	16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.
Sem correspondência	17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).
25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
Sem correspondência	25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

De plano percebeu-se que o legislador teve a intenção de estender a tributação sobre as atividades do setor de streaming<sup>7</sup>, tais como, Netflix, Spotify e Apple Music, as quais estariam abrangidas pelo conceito de serviço de disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet. Mas fez a ressalva para a distribuição de conteúdos pelas

<sup>7</sup> Streaming é uma tecnologia que envia informações multimídia, através da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a Internet.

## MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei 12.485/11, que estariam sujeitas ao ICMS.

Convém frisar que vai girar muitas polêmicas sobre a incidência do ISSQN sobre atividades de streaming, uma vez que muitos não a enquadram como uma prestação de serviço, mas como exploração de direitos autorais e de imagem. De qualquer forma, deve-se aguardar o posicionamento jurisprudencial para aferir a legitimidade da incidência tributária sobre tais serviços.

Também chama atenção a alteração do texto do item 1.03 da lista de serviços, passando a constar o *"processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação"*. Neste ponto, a exação tributária irá incidir sobre aqueles serviços disponibilizados aos usuários, como Google Drive, iCloud, Google Play, etc, que se identifiquem como armazenamento *on line* de dados. O que não impede que os contribuintes possam vir questionar a incidência do tributo, diante de entendimento clássico do Supremo Tribunal Federal (Súmula 662), através do qual os serviços de locação de filmes cinematográficos, videoteipes, cartuchos para videogames e assemelhados não foram consideradas prestação de serviço.

Outra atividade que poderá gerar muita polêmica é o item 17.25 – *"Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita)"*. Neste ponto há uma linha muito estreita entre a incidência do imposto municipal e o ICMS, sendo que este possui como uma das hipóteses de incidência a prestação onerosa de serviços de comunicação:

"Art. 2º O imposto incide sobre:

....

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;"

# MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

Quanto à atividade de transporte, permanece o entendimento de que não incide o ISSQN sobre a prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, uma vez que faz parte da hipótese de incidência do ICMS, nos termos do art. 2º, II da LC 87/96. Assim, respeitada a competência tributária estadual, fica garantido aos Municípios a tributação do serviço de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, porventura existente em seu território.

E por fim, o item 13.05 dispõe acerca da incidência do tributo municipal sobre a composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, desde que não sejam destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. Esta previsão legal é resultado do entendimento do Supremo do Tribunal Federal onde ficou definido que não haveria a incidência de ISSQN quando a operação de industrialização por encomenda estivesse destinada à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria:

*Até o julgamento final e com eficácia apenas para o futuro (ex nunc), concede-se medida cautelar para interpretar o art. 1º, caput e § 2º, da Lei Complementar 116/2003 e o subitem 13.05 da lista de serviços anexa, para reconhecer que o ISS não incide sobre operações de industrialização por encomenda de embalagens, destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria. Presentes os requisitos constitucionais e legais, incidirá o ICMS. (ADI 4389 MC, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 13/04/2011)*

*Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. TRIBUTÁRIO. CONTROVÉRSIA QUANTO À INCIDÊNCIA DO ICMS OU DO ISSQN. FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS. COMPOSIÇÃO GRÁFICA. MATERIAIS EMPREGADOS NO PROCESSO PRODUTIVO DE MERCADORIAS. INCIDÊNCIA DO ICMS. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO IMEDIATO DOS FEITOS QUE VERSEM SOBRE A MESMA CONTROVÉRSIA DECIDIDA PELO PLENÁRIO EM JUÍZO PRECÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (ARE 916725 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16/02/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-039 DIVULG 01-03-2016 PUBLIC 02-03-2016)*

Precedentes desta Corte indicam a necessidade da verificação - para identificar a incidência do ISSQN – das condições que comprovem a preponderância da obrigação de “fazer” sobre o “dar”<sup>8</sup>,

<sup>8</sup> Agravo regimental no recurso extraordinário. Serviço de composição gráfica com fornecimento de mercadoria. Conflito de incidências entre o ICMS e o ISSQN. Serviços de composição gráfica e customização de embalagens meramente acessórias à mercadoria. Obrigação de dar manifestamente preponderante sobre a obrigação de fazer, o que leva à conclusão de que o ICMS deve incidir na espécie. 1. Em precedente da Corte consubstanciado na ADI nº 4.389/DF-MC, restou definida a incidência de ICMS “sobre operações de industrialização por encomenda de embalagens, destinadas à integração ou utilização dire-

# **MATERIAL COMPLEMENTAR DE ATUALIZAÇÃO DO LIVRO TRIBUTOS EM ESPÉCIE (2017)**

4a Edição conforme Novo CPC

Autores: Helton Kramer Lustoza, Eduardo M. L. Rodrigues de Castro e Marcus de Freitas Gouvea

sendo que no caso de integração em processo de industrialização prevalece o entendimento de não incidência do tributo municipal.

Desta forma, estas são as principais questões que foram trazidas pela Lei Complementar 157/2016, de forma que um melhor entendimento sobre o assunto vai depender de seu amadurecimento com futuras decisões judiciais e produção doutrinária.

---

ta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria". 2. A verificação da incidência nas hipóteses de industrialização por encomenda deve obedecer dois critérios básicos: (i) verificar se a venda opera-se a quem promoverá nova circulação do bem e (ii) caso o adquirente seja consumidor final, avaliar a preponderância entre o dar e o fazer mediante a averiguação de elementos de industrialização. 4. À luz dos critérios propostos, só haverá incidência do ISS nas situações em que a resposta ao primeiro item for negativa e se no segundo item o fazer preponderar sobre o dar. 5. A hipótese dos autos não revela a preponderância da obrigação de fazer em detrimento da obrigação de dar. Pelo contrário. A fabricação de embalagens é a atividade econômica específica explorada pela agravante. Prepondera o fornecimento dos bens em face da composição gráfica, que afigura-se meramente acessória. Não há como conceber a prevalência da customização sobre a entrega do próprio bem. 6. Agravo regimental não provido. (AI 803296 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 09/04/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-107 DIVULG 06-06-2013 PUBLIC 07-06-2013)